REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2025

(Do Sr. Capitão Alberto Neto)

Requer do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Senhor Ricardo Lewandowski, informações a respeito do crescimento da violência em municípios e comunidades que fazem parte dos chamados "Rios de Cocaína", que são rotas fluviais usadas por facções criminosas para a distribuição de entorpecentes.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro seja encaminhado ao Ministro da Justiça e Segurança Pública pedido de informações a respeito do crescimento da violência em municípios e comunidades que fazem parte dos chamados "Rios de Cocaína", que são rotas fluviais usadas por facções criminosas para a distribuição de entorpecentes.

- Quais políticas públicas e iniciativas comunitárias têm sido implementadas para combater a violência e oferecer alternativas aos moradores dessas regiões?
- 2. Como a cooperação entre diferentes níveis de governo e organizações não governamentais pode ser fortalecida para enfrentar o problema de forma mais eficaz?
- 3. Quais são os desafios enfrentados pelas forças de segurança na repressão às atividades criminosas nessas áreas de difícil acesso?
- 4. Quais medidas tem sido adotadas no âmbito do reforço na segurança e inteligência policial?

Justificativa

O avanço do crime organizado na Amazônia tem transformado os rios da região em verdadeiras estradas do tráfico. Os chamados "Rios de Cocaína" se





tornaram corredores estratégicos para o escoamento de drogas, aumentando drasticamente os índices de violência em municípios e comunidades ribeirinhas. O resultado? Assassinatos, desaparecimentos, conflitos armados e a submissão de populações inteiras ao domínio de facções criminosas.

A disputa por rotas fluviais tem colocado facções em guerra, resultando em execuções brutais e desaparecimentos de moradores, comerciantes e até líderes comunitários. Muitos ribeirinhos vivem sob constante ameaça, obrigados a colaborar com criminosos ou a abandonar suas terras. Policiais e agentes de segurança, por sua vez, enfrentam um ambiente hostil, onde a presença do Estado é mínima e a geografia favorece a impunidade dos traficantes.

A relação entre o tráfico e outras atividades ilícitas, como garimpo ilegal, contrabando de armas e exploração de trabalhadores, agrava ainda mais a situação. Com os rios sob controle de facções, cresce também a degradação ambiental, já que o narcotráfico impulsiona atividades predatórias que financiam ainda mais a violência.

Diante desse cenário caótico, o Estado precisa reagir com medidas urgentes e eficazes. A Amazônia precisa de presença constante e planejada das forças de segurança, com tecnologia e operações coordenadas para sufocar a atuação das facções. A instalação de bases fluviais permanentes, fiscalização com drones e maior controle sobre embarcações são medidas essenciais para enfraquecer as rotas do tráfico.

Se medidas eficazes não forem tomadas, os "Rios de Cocaína" continuarão a ditar a rotina de medo e violência na Amazônia, afetando não apenas os municípios locais, mas também o Brasil e os países vizinhos. O enfrentamento ao narcotráfico precisa ir além do discurso e se transformar em ações concretas, estratégicas e contínuas. O tempo para reagir está se esgotando – ou o Estado retoma o controle desses territórios, ou os criminosos consolidarão sua dominação, aprofundando ainda mais a crise de segurança na região.





Câmara dos Deputados Gabinete do **Deputado Capitão Alberto Neto** – PL/AM

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 24 de fevereiro de 2025.

CAPITÃO ALBERTO NETO
DEPUTADO FEDERAL
PL/AM



